

Rural não é sinônimo de agrícola

21-11-98

[Crescimento mais dinâmico ocorre em região com agricultura familiar, urbanização e industrialização]

[Se estratégia for reles expediente de “fixação do homem no campo”, não há desenvolvimento]

Ótimo o governo ter concluído que seu modelo de política fundiária foi levado ao limite, entrou em estresse e está esgotado. O problema é que pode trocar o roto pelo esfarrapado se continuar querendo que os espaços rurais brasileiros virem diques para represar correntes migratórias para as cidades; isto é, se não entender que tais espaços podem ser, ao contrário, grandes trunfos para o desenvolvimento. Antes de tudo precisa deixar de tomar o rural pelo agrícola, como um ciclista bêbado que confunde os pedais.

A trapalhada pode ser ilustrada pela seguinte pérola colhida no miolo de uma dessas longas entrevistas de figuras-chave do governo: “O Brasil não vai permanecer com 22% de sua população no campo. Não precisa chegar aos 2% ou 3% dos Estados Unidos nem aos 6% da Europa. Mas vai perder.” Acontece que os Estados Unidos e a Europa têm populações rurais de 40% e 25%. O que dá apenas 2,3% e 5,3% são as partes agrícolas de suas respectivas populações economicamente ativas, isto é, os ocupados agrícolas sobre os ocupados totais. E vem daí a grande diferença. Contrariamente ao que ocorre por lá, o Brasil ainda pode ter um razoável aumento do número absoluto de ocupados em atividades agropecuárias, enquanto seu peso relativo continuará a cair. Por aqui, mesmo sem qualquer expansão da área cultivada, o número de ocupados agrícolas pode crescer 20% até que se chegue ao padrão do primeiro mundo. Ou seja, quando a parte agrícola da população ativa brasileira houver despencado dos atuais 22% para apenas uns 5% (como na Europa), seu número absoluto poderá ser um quinto maior, mesmo que não venha a ocorrer qualquer aumento da superfície agrícola útil.

Isso vai depender, é claro, da emergência de uma estratégia de desenvolvimento territorial que o país nunca teve. E nem terá enquanto a sociedade aceitar que a promoção da agricultura familiar seja um reles expediente de “fixação do homem no campo”, como dizem os mais truculentos. O desenvolvimento é um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais. E uma dessas escolhas básicas é o local de vida e de trabalho. Por isso, construir um “novo mundo rural”, (a expressão de gosto tão evangélico adotada pelo programa de governo), é multiplicar em todas as regiões o ambiente institucional que vigora nos municípios rurais de mais alto desenvolvimento humano: os gaúchos Feliz, Paraí, Nova Prata e Salvador do Sul, e os catarinenses Indaial, Gaspar, Videira e Timbó. Um ambiente institucional que só existe

em espaços rurais fortemente marcados pela agricultura familiar, como prova o trabalho *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros* (Brasília: PNUD, IPEA, FJP e IBGE, Setembro 1998, 140 p. + CD-ROM).

Será que a ausência de espaços rurais dominados pela agricultura patronal entre os que obtiveram os melhores índices de desenvolvimento humano pode ser fortuita? Não é o que sugere a comparação desses indicadores do PNUD com os dados do livro *Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil* (Brasília: CUT/CONTAG, Novembro de 1998, 193 p.), publicação que revela, aliás, uma agenda política muito mais avançada que as do governo, dos partidos e das várias organizações de trabalhadores sem terra.

Esse estudo do movimento sindical dos trabalhadores rurais mostra, por exemplo, que as melhores dinâmicas de desenvolvimento estão ocorrendo em “regiões que possuem uma agricultura familiar consolidada, combinada a um processo de urbanização e industrialização endógeno, descentralizado e promissor. Estas regiões são as únicas que têm conseguido estabelecer um processo de desenvolvimento mais equilibrado, com geração de emprego em várias atividades, absorvendo tanto os excedentes de mão-de-obra da área rural local, quanto os de outras regiões. A produção tanto agrícola quanto industrial é diversificada, gerando um grande volume de produtos exportáveis, e com uso razoavelmente adequado dos recursos locais. Nas regiões que se desenvolveram com base nesta dinâmica, a agricultura predominantemente familiar, consolidada e diversificada, se constitui num grande mercado interno, consumidor e fornecedor de matérias primas e de mão-de-obra para a indústria local. Há também um vasto rol de atividades não-agrícolas e de características sociais urbanizadas.”

As mesorregiões que mais se identificam com este tipo de desenvolvimento pertencem à região Sul: o Vale do Itajaí catarinense e o Nordeste gaúcho. Mas algumas variantes também foram identificadas no Sudeste, apresentando grande incidência de fruticultura (Serras paulistas de Paranapiacaba, Mantiqueira, além do centro do Espírito Santo), pecuária leiteira (Vale do Paraíba, SP) e cafeicultura (Mogiana, SP). E de forma mais embrionária também ocorrem no Nordeste, principalmente nas mesorregiões dos Agrestes, Serras do Ceará, Subcosteiras e Hortigranjeiras. Isso tudo só começou a ser mapeado por esse benvindo lançamento conjunto CUT/CONTAG, que já constitui, sem dúvida alguma, a melhor ferramenta disponível para que se torne mais construtivo o debate público sobre os rumos do desenvolvimento rural brasileiro.